

A circulação da família guarani Sarate de Brum – o *guatá* entre Kajekue e a Colonia Fortuna’i, Paraguai, e Porto Lindo, Brasil¹

Onésimo Sarate de Brum²

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v23i51.940>

Resumo: É de conhecimento de todos que a vasta literatura sobre os Guarani considera o tema do *guata*, a mobilidade espacial guarani, como um aspecto recorrente. Este trabalho buscou descrever e analisar como se realiza o *guata* (caminhar, circular) entre os Guarani nas comunidades Colonia Fortuna’i (Paraguai) e Porto Lindo (Brasil), principalmente a partir de relatos de pessoas da minha família. Com esta pesquisa, também nos debruçamos para entender os impactos gerados nas pessoas que fazem essa circulação, no que se refere à documentação, denominação étnica, língua, forma de organização política das comunidades, práticas rituais, organização das famílias, acesso às políticas públicas e aos programas sociais, etc. Por este trabalho, consegui descrever as aldeias nas quais os Guarani da minha família circulam: onde ficam, como são organizadas, quais relações mantêm com as instituições dos *karai*. Além das leituras sobre o tema, conversei com os meus parentes, principalmente com meu pai, meu avô e minha mãe, e também examinei minhas próprias memórias e experiências. Considero a pesquisa muito importante, porque consegui organizar a história da caminhada da minha família.

Palavras-chave: Ava Guarani; mobilidade espacial guarani; territorialidade guarani.

Resumen: Es de conocimiento común que la vasta literatura sobre los Guarani considera recurrentemente el tema del *guata*, la movilidad espacial guaraní. Este trabajo buscó describir y analizar cómo se realiza el *guata* (caminar, moverse) entre las personas guaraníes de las comunidades de Colonia Fortuna’i (Paraguay) y Porto Lindo (Brasil), principalmente a partir de relatos de personas de mi familia. Con esta investigación también nos dedicamos a comprender los impactos que tiene esa movilidad sobre las personas que circulan, en cuanto a documentación,

¹ Este texto é uma adaptação do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, da Universidade Federal da Grande Dourados, no ano de 2022, como parte dos requisitos para obtenção do título de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena, na área de Ciências Humanas, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª. Rosa Sebastiana Colman.

² Prefeitura municipal de Japorã, Japorã, Mato Grosso do sul, Brasil.

denominación étnica, lengua, organización política de las comunidades, prácticas rituales, organización de las familias, acceso a políticas públicas y programas sociales etc. A través de este trabajo pude describir las aldeas en las que circulan los Guaraní de mi familia: dónde están, cómo se organizan, qué relaciones tienen con las instituciones *karai*. Además de leer sobre el tema, conversé con mis familiares, principalmente mi padre, abuelo y madre, y también examiné mis propios recuerdos y experiencias. Considero muy importante la investigación, porque pude organizar la historia del viaje de mi familia.

Palabras-clave: Ava Guaraní; movilidad espacial guaraní; territorialidad guaraní.

Abstract: It is common knowledge that the vast literature on the Guarani peoples considers the issue of *guata* – Guarani spatial mobility – as a recurrent theme. This work sought to describe and analyze how *guata* (walking, wandering) is performed among the Guarani in the communities Colonia Fortuna’i (Paraguay) and Porto Lindo (Brazil), mainly based on reports from the people in my family. With this research, we also endeavored to understand what are the impacts of this wandering on those people who move, in terms of documentation, ethnic denomination, language, local political organization, ritual practices, family arrangements, access to public policies and social programs, etc. Through this work, I managed to describe the villages in which the Guarani people of my family circulate: where they are, how they are organized, what relationships they maintain with the *karai* (non-indigenous) institutions. In addition to reading on the subject, I talked with my relatives, mainly my father, grandfather, and mother, and also examined my own memories and experiences. I consider it very important to have carried out the research because I was able to organize the history of my family’s journey.

Keywords: Ava Guarani; Guarani spatial mobility; Guarani territoriality.

1 INTRODUÇÃO

Eu sou Onésimo Sarate de Brum. Fui acadêmico da Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, e sou indígena da fronteira. Atualmente, moro na aldeia Porto Lindo, município de Japorã, Mato Grosso do Sul. Fiz este artigo pensando em mostrar como é o sofrimento do povo indígena que mora na fronteira. Minha pesquisa é um relato sobre o sofrimento do nosso povo guarani vivendo entre os dois países, porque eu sou a prova viva desse sofrimento na caminhada em busca do espaço.

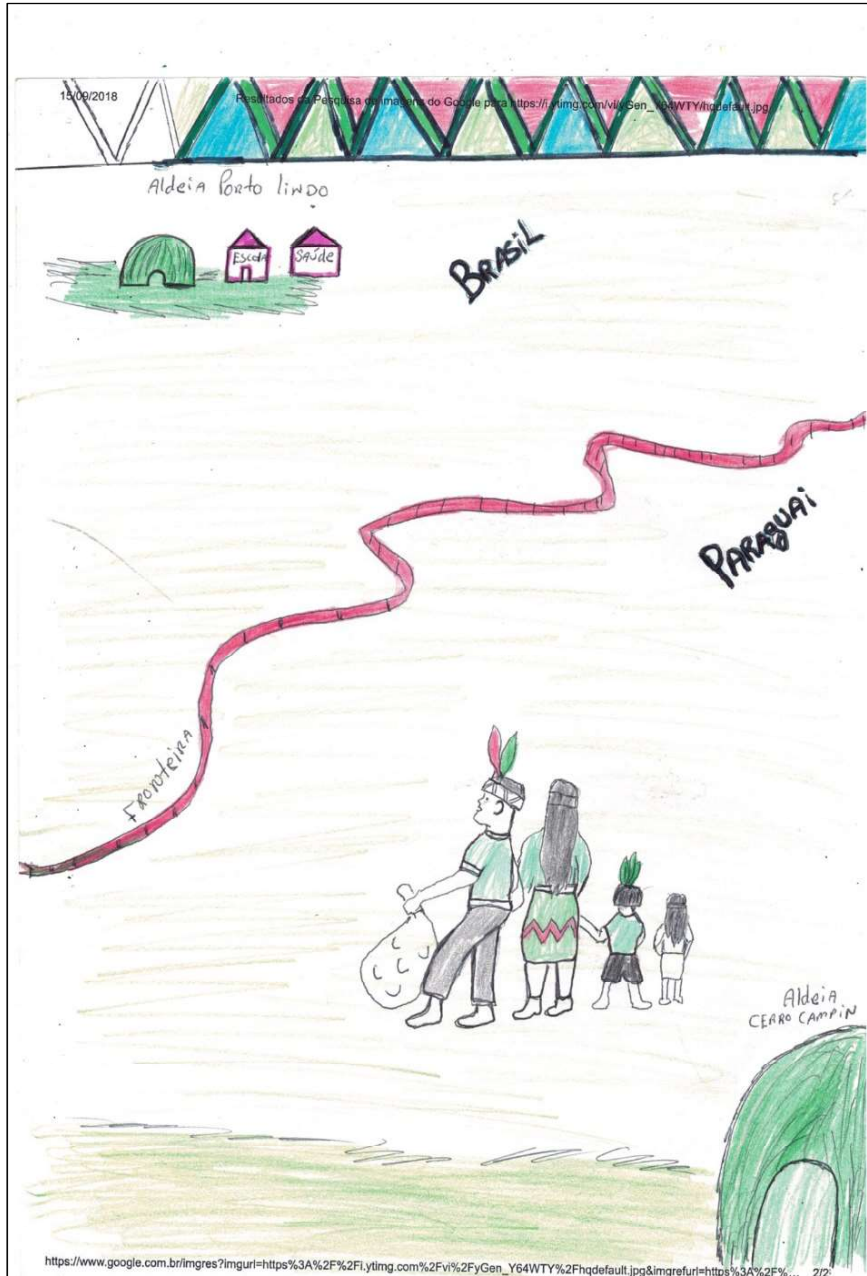
Sou indígena guarani, e assim eu relatarei o que eu presenciei e passei no meio da sociedade – junto com minha família indígena guarani ñandeva – e também na minha trajetória acadêmica e como estudante. Esse sofrimento é

só uma marca do que a minha família passou. Foi com muita luta que sofreram antigamente, e assim sobrevivemos.

A história começa desde que eu nasci na aldeia Cerro Campín. No período da infância, eu costumava frequentar a igreja e a escola desde cedo, e tudo que eu aprendi foi de lá; mas o meu viver como indígena nunca mudava, na aldeia onde eu e minha família morávamos. Lá que era nosso território; mas saímos em busca do “progresso”, na visão do meu pai e da minha mãe. Ele e ela acreditavam muito na educação brasileira e, por tudo isso, eles arriscaram, até chegar no território do povo indígena que mora no Brasil. Essa travessia em busca de melhores condições é representada no desenho da Figura 1, de minha autoria.

Mas, para chegar, a caminhada foi longa. Antes de chegar na aldeia Porto Lindo, passamos e moramos em dois locais – onde é a colônia aldeia Bajada Guasu (no Paraguai) e em Sombrerito (Brasil), na retomada – para só depois chegar à aldeia Porto Lindo. A aldeia em que minha família vivia era o *tekoha* Kajekue, e passamos a morar muitos anos na região conhecida por Fortuna’i e Cerro Campín, de Bajada Guasu – lugar também conhecido como Guyraju Miri. Depois, moramos em Sombrerito, já no Brasil, até chegarmos em Jakarei (Porto Lindo), que podemos visualizar melhor no mapa (Figura 2, mais adiante) e no detalhamento do que irei descrever.

Figura 1 - Travessia do Brasil ao Paraguai



Fonte: Ilustração do autor.

Estudei desde o ensino fundamental nas escolas da comunidade indígena. Comecei meu estudo na escola indígena do Paraguai: foi ali que aprendi a ler e escrever, nas línguas que se estudavam lá, que eram a língua guarani e o espanhol. Depois passei a frequentar várias escolas, também dos *karai*, no país Paraguai. Estudei assim até o 7º ano. Já na escola da aldeia Porto Lindo, comecei a iniciar de novo o meu estudo desde o 5º ano, na escola indígena, e também estudei na cidade, até concluir o ensino médio.

Logo comecei a me ingressar para fazer Normal Médio na cidade de Iguatemi, e finalizei. Isso foi em 2017. No mesmo ano, fiz o vestibular do Teko Arandu e passei, para fazer curso superior na UFGD/Faind, que é a Licenciatura Intercultural Indígena.

Meu interesse por esta pesquisa é porque quero mostrar a realidade de uma família indígena que vive na fronteira; a luta de um indígena com sua família buscando o melhor para os familiares dele, e a sua busca de um bom local para se viver. Também quero mostrar como a fronteira oprime um indígena que não conhece esse sistema do *karai*, e a minha visão como pesquisador acerca de tudo que eu observei através de *guata* para o melhor. Finalmente, quero mostrar a diferença entre os dois estados nacionais distintos que são o Brasil e o Paraguai.

A minha fonte de pesquisa foram as pessoas da minha família. As pessoas com quem conversei foram: meu pai, Dionisio Sarate Gonçalves, com idade de 59 anos; minha mãe, Matilde de Brum Recalde, com idade de 63 anos; meu avô Natalício de Brum, que tem a idade de 83 anos, e minha avó Salvadora Sarate, com idade de 81 anos.

2 LUGARES DE CIRCULAÇÃO DA MINHA FAMÍLIA SARATE DE BRUM

Inicialmente, apresento o mapa que localiza por onde minha família circulou, o que vou descrever neste texto (Figura 2). Saímos de Fortuna'i e Cerro Campín, e passamos por Bajada Guasu, no Paraguai, lugares que aparecem no mapa. Depois moramos em Sombrerito, já no Brasil, até chegarmos em Jakarei (Porto Lindo).

Figura 2 - Localização dos *tekoha* por onde circulou minha família



Fonte: Adaptado de Azevedo *et al.* (2008).

2.1 Modo de viver e situação territorial indígena no país Paraguai

Da forma de viver no Paraguai, eu vou falar através do meu *guata* por lá, e também contar através do *guata* da minha família. Eu, minha irmã e meu irmão nascemos na aldeia Fortuna'i, departamento de Canindeyú, no município de Ybyrarobaná, onde essa aldeia está localizada.

Nessa comunidade, o povo indígena vive com muito descaso dos governantes. Eu me lembro que, nessa aldeia, entrava muito madeireiro para cortar árvores. Era uma pequena aldeia, também, onde morava uma maioria Guarani Chiripa, etnia atualmente nomeada Guarani. Ali não havia suporte e benefício de governo; até hoje, não tem cesta básica nem posto de saúde, não tem nenhum projeto do governo federal nem estadual. Tinha escola, mas a escola não tinha nada, nem merenda. Quem ajudava um pouco era a missão alemã e os *pa'i*, os

sacerdotes católicos. Eles é que formavam os professores indígenas, e eles também traziam materiais escolares nas aldeias: traziam caderno e livros, e às vezes traziam leite e bolacha para a escola. Então, essa forma de viver eu relato, sobre a minha própria lembrança do ano de 1998.

Com relação à situação do território indígena lá no Paraguai, tem algumas diferenças do Brasil. Naquela época a gente morava na aldeia também, ali onde o governo paraguaio havia implantado para nós, povos indígenas, morarmos em colônia. E a reserva onde nós morávamos se chama Cerro Campín. E eu me lembro onde meu pai e seu grupo tentaram fazer retomada, mas não foram bem-sucedidos porque a polícia ameaçou despejar. Eu me lembro que eu via meu avô Natalício, ele dançava na retomada, e, nesse conflito, quem veio intimidar os parentes foi o policial do Paraguai. Meu pai me contou que foi a polícia do Paraguai que veio falar com ele e ameaçar dos despejos; e, por isso, ele desistiu de continuar com o processo de retomar seu território. Assim, ele e as famílias que estavam lá voltaram à aldeia Cerro Campín ou Fortuna'i, como também é conhecida. Isso foi uma pequena tentativa de retomar sua terra Sýi Ygua¹, antigo *tekoha* dos Guarani.

2.2 Indígena guarani da fronteira

O povo indígena procurava entender a realidade do que estava acontecendo com o seu modo de viver no seu território, e o que estava acontecendo com a sua terra. Acabou tudo: do que sempre fazíamos no dia a dia, em nosso modo de ser como *ava reko*, muita coisa se alterou durante esta grande mudança de território em busca do espaço. Mas já sabíamos que a floresta não tinha mais animais nem peixes que nós pudéssemos consumir para nossa sobrevivência, como os antigos dos nossos parentes sustentavam e alimentavam sua família.

O povo guarani vivia sem entender qual era o real motivo desse trágico acontecimento no seu território. O caminho é sofrido também, mas meu pai tinha a esperança de conseguir um lugar onde ele iria viver com a família e parentes, e isso era o motivo do *guata* da nossa família.

Entre os anos de 2000 e 2007, sendo este o ano da chegada dos últimos parentes que vieram, foi o momento do *guata* indígena a partir do país Paraguai, em busca de melhores oportunidades. E todos os que chegaram foram muito bem recebidos na aldeia por parentes: tinha direito a tudo, porque o povo se

conhecia. As comunidades ficaram muito felizes com a chegada, e agiram sem nenhum estranhamento com o parente.

Esse comportamento vai mudar mais para a frente: a primeira barreira é a fronteira, e a segunda é a documentação. Também a língua era um pouco diferente. Sem documento, não se tem nenhum direito, a não ser na saúde – ali, até que se tinha seu direito, mas o atendimento no posto era muito precário.

O capitão da comunidade ajudava o povo que precisava de documento. Na época, fazia de tudo para contemplar os parentes. A documentação era mais fácil de fazer para crianças que estudavam: como eu e minha irmã³ éramos estudantes na nova aldeia, os professores e a Funai fizeram documento para nós. Já os meus pais ainda não tinham documento, mas logo o capitão ajudou eles, e fez tudo. Fizeram o nosso cadastro, e isso era uma primeira conquista para nós.

Tanto o capitão quanto o líder da Funai, o chefe, ajudaram os indígenas a fazerem o documento. O idoso, as crianças, o pai de família, todos foram contemplados. Para muitas pessoas do nosso povo guarani, o documento não era nada: eles pensavam que documento era só uma folha simples.

Lembro de uma história, aliás um fato real: um indígena idoso que morava na comunidade, ele sempre dizia que ele tinha documento. Ele dizia que tinha, até que um dia eu e meu pai fomos visitar ele e, por curiosidade, perguntamos sobre o documento. E o senhor mostrou para nós – era uma carteirinha de vacina que ele trouxe da aldeia do Paraguai.

Esta pequena história já diz tudo: que indígena não entende nada de documento.

A migração não deve ser nunca proibida ao povo indígena, como garante uma frase no artigo 231 da Constituição Federal. Somos o povo originário; o indígena guarani são todos desta parte da região, e o que impede ao povo guarani o viver em paz são a fronteira e a documentação que o branco criou.

A migração, ou seja, a circulação, não deve nunca ser proibida para o indígena. Mesmo que o branco fale do povo indígena que este não tem o direito de fazer essas coisas, tem muito indígena guarani que ainda precisa atravessar

¹ Significa “bebedouro do pássaro que parece papagaio”. Essa área atualmente está retomada pelos Guarani: em 2013, tivemos notícias de que outros Guarani da parentela do meu pai conseguiram entrar e morar no Sýi Ygua. É um lugar bem bonito, que tem um pequeno córrego.

a fronteira, nos dois lados da fronteira, para sobreviver no meio da sociedade. A união é importante para o povo indígena da fronteira.

Em geral, o indígena guarani sofre muito com o sistema do branco, principalmente na questão de documentação. Para o indígena, antigamente, era só gostar do lugar. Se ele achava que essa terra daria produtividade em relação ao sustento para sua família, ele ficava ali. Mas, agora, isso não pode mais, o que deixa apavorado o povo indígena, porque há fronteira e documentação. Isso fecha os olhos do povo indígena. Mas é porque o índio guarani é sem fronteira.

A vida do Guarani na fronteira do Paraguai e do Brasil tem separação pela linha. Isso trouxe muito estranhamento entre os parentes guarani nhandeva. A colonização do branco está muito avançada na reserva; por causa disso, houve muita exclusão entre os Guarani Nhandeva, em torno da crítica e do modo de tratamento. Desde 2000, tinha muitas famílias que se mudavam de um lugar da aldeia para outra aldeia. O objetivo do parente que faz isso é conseguir um tratamento melhor, que, no outro lado do Estado Nacional, ou País, não se oferecia, pois não se conseguiam as oportunidades nas áreas de educação e saúde, principalmente.

A família que morava no país Paraguai sabia que no Brasil teria mais oportunidades; e o Guarani antigo sabia que esse lugar era o território deles, e são realmente terras deles. As barreiras que os povos guarani enfrentam são a documentação e a linha da fronteira. Essa barreira não existia antigamente: tudo era livre, por isso ninguém se preocupava no que aconteceria. Quando houve a mudança de lugar, tinha muitos obstáculos e sofrimentos. Tudo era sistema dos *karai*, nos dois lados dos Estados-Nação.

O que ajudava muito era o *kasique* da comunidade, que tinha muita autonomia. Mas, mesmo assim, com tudo isso, no decorrer do tempo isso mudou: cresceu a inveja, e os brancos culpavam o indígena. Por causa disso, no posto de saúde e na escola, durante o atendimento, até agora escutamos esses relatos de quem vem da aldeia do Paraguai: ninguém cuida da saúde, São vários relatos de mortes nos hospitais, isso só por não ter documento. Nesses casos, nem o líder da comunidade consegue impedir. Assim ocorria antigamente.

No ano 2000, foi muito mais bem-aceito ao Guarani atravessar a fronteira. Quem conseguia, aproveitava o estudo e tudo o que o governo dava para a comunidade. Se vivia em comunhão naquela época. Mas, com a mudança, veio a

cultura diferente. A língua tinha mais sotaque do espanhol, mas o que unia era que se falava em guarani.

2.3 Chegada no Brasil

Ao atravessar a fronteira e chegar ao Brasil, encontramos muitos desafios, mas também apoio, e muita esperança de melhorar as condições de vida. Havia a religião da qual éramos seguidores: éramos de missão, enquanto outros eram os rezadores. Vários eram agricultores, e havia muitas crianças. Alguns parentes estavam voltando ao lugar onde eles já tinham vivido um tempo, e a cada ano vinham mais parentes indígenas. O cacique da comunidade dava lugar para os parentes, e assim se vivia, do ano de 2000 a 2007.

Desde então, no lugar, o terreno já se vendia, e a aldeia já ficava cheia. A aldeia era muito melhor de se viver; a educação era de qualidade na aldeia, e era fácil de estudar ali. Já na cidade não, por não ter transporte escolar para os alunos. Na aldeia se dava um jeito de ir à escola, porque a escola ficava perto. Já melhorava muito, porque na escola tinha merenda, e na comunidade tinha cesta básica que a Funai e o governo estadual davam para a comunidade.

A mudança trouxe o conhecimento importante para a sociedade, o que antes não se conseguia colocar em prática, sem oportunidades de praticar o conhecimento. A aldeia Porto Lindo era um lugar de muita circulação do Guarani: os mais velhos, ou seja, os *nhanderu*, sempre diziam que esses lugares são parte do território do povo guarani, que já vivia nesse lugar, e que todos eram indígenas.

Em suma, na aldeia Porto Lindo se conseguiam melhores condições de vida, que antes não se conseguiam, como aposentadoria, cesta básica e aulas na escola na melhor qualidade. Mas isso tudo, esses benefícios, o acesso a eles trouxe uma grande inveja entre os parentes. A liderança da comunidade começou a perseguir os mais envolvidos, principalmente aqueles que participavam mais na política do partido e da capitania. Na época, teve parentes indígenas sendo expulsos da aldeia, e outros que foram ameaçados pelo líder indígena antigo da aldeia.

Com tanta ameaça e conflito, foi acionado o Ministério Público Federal, e um dos líderes indígenas da aldeia pedia a expulsão de todos os parentes e o bloqueio dos benefícios que já havia, inclusive o documento RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena) que a Funai fazia para o povo. Houve a explicação

do Ministério Público ao parente envolvido, e também para a liderança da aldeia Porto Lindo. O senhor do Ministério Público falou que o indígena não tem fronteira: que essa linha da fronteira foi feita por não indígenas, e que o dono do país são os *karai*. Mas, desde então, teve a mudança na lei interna, e ninguém conseguia fazer documento facilmente. Aumentou a separação entre os parentes indígenas.

E permanecia o problema na aldeia Porto Lindo. Na época, tinha grupo indígena que tentou voltar à aldeia do Paraguai, mas lá também eles não eram mais aceitos, porque eles diziam que essas famílias já pertenciam no Brasil. E a liderança também já não aceitava mais a mudança. Isso fez com que eles voltassem para aldeia do Brasil na fronteira. Mas, no meio disso, vieram tantos problemas na comunidade, e havia um grupo familiar que não podia mais voltar para o meio da sua própria família.

Refletindo sobre o fato político e o interesse do branco, penso o seguinte. Um dos líderes diz que a aceitação da mudança de novos parentes para a aldeia tinha seu objetivo: era para que a pessoa servisse como eleitor para esse município. Mas, o povo indígena que mudava na comunidade não sabia disso. Lembro que, para o indígena, o documento não é nada, principalmente para quem não sabe ler e escrever.

E ninguém sabia que esse tanto de pessoas em mobilidade espacial também colocaria tanto problema para a aldeia, como o esgotamento do espaço. No decorrer do tempo, já não tinha muito lugar para fazer uma roça no local, e não dava mais para criar animais domésticos. Com isso aumentou o roubo, o estupro e o uso de drogas. E, assim, o capitão não conseguia mais o total domínio da sua comunidade. O problema mais grave foi o aumento dos estudantes que não têm documentos brasileiros, e há muitos doentes também sem documentos, além de crianças, adultos, pais e mães, por vezes a mulher grávida, e com essa circunstância. Tinha parente que já morava fazia muito tempo, e permanecia sem documentos ainda na aldeia. Me questiono: será que nós indígenas é que causamos o problema, ou foi o sistema, ou a barreira de documentos, ou a fronteira?

Os *karai* não dão total apoio para a aldeia. E, assim, os que andavam sem se preocupar em fazer o seu documento ficava sem documento, e até mesmo a família, os filhos todos. Por essa razão, até hoje algumas famílias vivem sem seu documento na reserva da fronteira. E, assim, as crianças e adultos vivem sem

nenhum acesso ao direito dos benefícios e serviços que o estado oferece. Desde então, reflito sobre o fato de que mudar de uma aldeia para outra aldeia tem se tornado muito mais difícil, pois a mudança foi praticamente proibida.

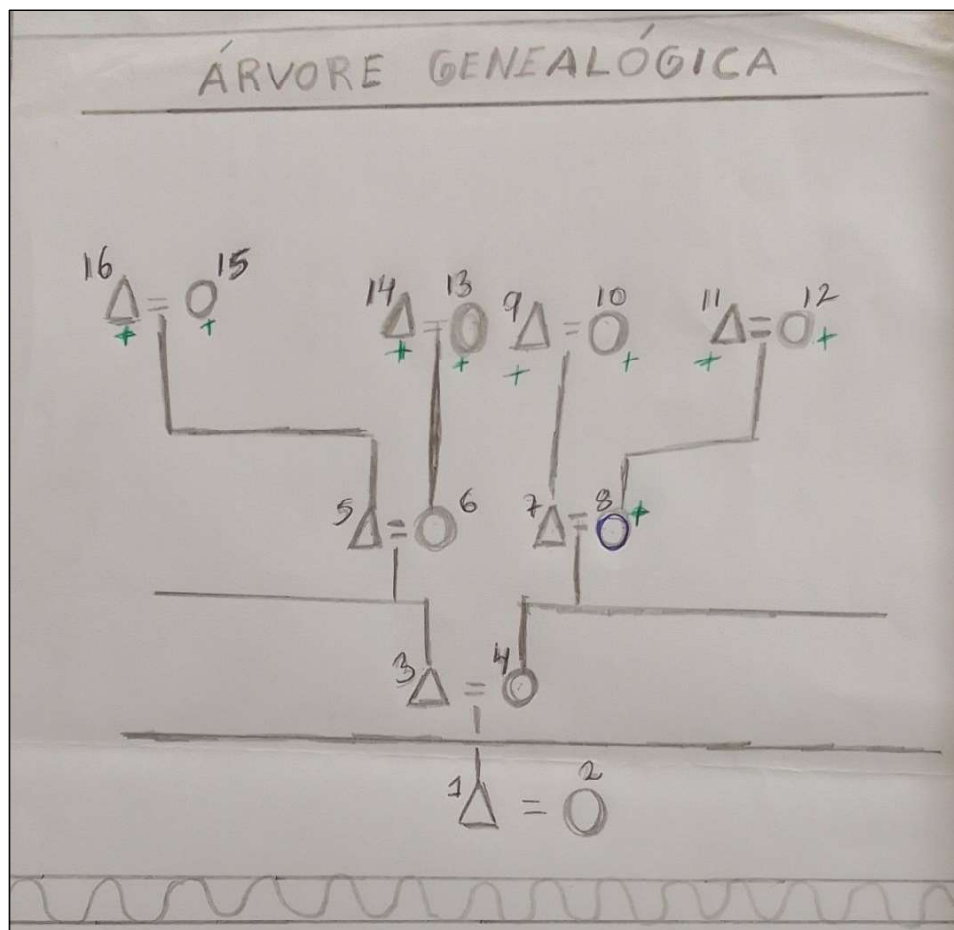
E quem conseguia documentação vivia na exclusão, principalmente quem mudou a partir de 2004. Além dos estranhamentos no sotaque, o aluno sofria discriminação por ser filho de Guarani do Paraguai. Sempre tinha os que falavam que “eram *Brasilgua*”, e os outros eram “*Paraguaigua*”, querendo dizer que quem veio do Paraguai, veio por causa da crise de fome. Também tínhamos muita dificuldade para conseguir emprego para trabalhar na prefeitura: o líder da comunidade não aceitava muito e, com isso, ocorriam mais estranhamentos.

Essa situação vai perdurar até o ano de 2012, porque o maior aliado para se conseguir emprego foi o político candidato a prefeito daquele ano, o Wanderlei Bispo. Foi ele quem deu a oportunidade de emprego para quem a comunidade chamava de *Paraguai gua’i*, mesmo que o líder indígena ignore. O mandato desse prefeito foi muito importante para acabar a exclusão entre os parentes: foi ele que deu a oportunidade, e ele defendia: quem tem documento, não importa de onde você vem, “o indivíduo tem direito, sim”, dizia.

3 MINHA HISTÓRIA FAMILIAR E A PRÁTICA DO GUATA

Para descrever um pouco melhor a história das andanças da minha família, inicialmente vou detalhar um pouco mais, a partir do diagrama de parentesco a seguir (Figura 3). Vou tentar explicar um pouco de cada membro da minha família, onde nasceu e onde morou, ou só onde nasceu e onde faleceu. Este exercício mostra bem a prática do *guata* como algo intrínseco ao modo de ser dos Guarani. Também detalharei melhor a história de vida de três pessoas da minha família: meu bisavô materno, Irma de Brum, meu avô materno, Natalício de Brum, e meu pai, Dionísio.

Figura 3 - Diagrama de parentesco da família Sarate de Brum



Fonte: Ilustração do autor.

1. Onésimo Sarate de Brum, nasceu em Cerro Campín, Paraguai, e mora em Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 32 anos.
2. Anália Vera, nasceu e mora em Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 26 anos.
3. Dionísio Sarate Gonçalves, nasceu em Cerro Lima, Paraguai, e mora em Yvy Katu / Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 59 anos.
4. Matilde de Brum, nasceu em Kajekue, Paraguai, e mora em Yvy Katu / Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 63 anos.

5. Arquile Gonçalves Portilho, nasceu em Ypehü, Paraguai, e mora na mesma região de Ypehü, Paraguai.

6. Salvadora Sarate, nasceu em Fortuna'i, Paraguai, e mora em Yvy Katu / Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 81 anos.

7. Natalício de Brum, nasceu em Takuara, na Região de Sete Quedas, Brasil, e mora em Porto Lindo / Jakarey, Brasil, com idade de 83 anos.

8. Irena Recalde, nasceu em Karapa'i, Paraguai, e faleceu em Corpus Christi, Paraguai.

9. Irma de Brum, nasceu em Dourados, Brasil, e faleceu em Fortuna'i, Paraguai.

10. Venita Moreira, nasceu em Kajekue, Paraguai, e faleceu em Porto Lindo, Brasil.

11. Ugemio Recalde, nasceu em *tekoha* Karapa'i, Paraguai, e faleceu na aldeia Arrojo Mokõi, Paraguai.

12. Modesta Oliveira, nasceu em *tekoha* Karapa'i, Paraguai, e faleceu na aldeia Arrojo Mokõi, Paraguai.

13. Anatalia Benites, nasceu em Laurel, Paraguai, e faleceu em Porto Lindo, Brasil.

14. Demecio Sarate, nasceu em Paso Jovai, Paraguai, e faleceu em Paso Jovai, Paraguai.

15. Juana Portilho, nasceu em Ypehü, Paraguai, e faleceu em Ybyrarobaná, Paraguai.

16. José Domingo Gonçalves, nasceu em Ypehü, Paraguai, e faleceu em Ybyrarobaná, Paraguai.

3.1 Um pouco de minhas origens: Irma de Brum e Natalício de Brum

Meu bisavô materno, Irma de Brum, era indígena da etnia terena. Ele veio de Dourados, onde nasceu, para Ponta Porã, para trabalhar como cortador de erva-mate, mas também como professor na escola na cidade de Ponta Porã. Ele falava fluentemente em língua portuguesa e língua do índio Terena.

Meu avô diz que meu bisavô fugiu da cidade de Ponta Porã porque criou resistência com seu chefe durante seu trabalho. Ele era mineiro de erva, como se

chama quem corta as folhas, e o motivo da briga foi por ele não obedecer ao seu patrão ao cortar o pé de erva com machado. Assim que ele foi visto fazendo esse tipo de coisa, seu patrão disse a ele que iria matá-lo. Ele se assustou com essa ameaça e se defendeu: antes que ele sofresse, foi ele quem começou a agredir o seu patrão, e foi aí que ele que brigou com o próprio patrão.

Desde então, ele fugiu de lá e veio para a aldeia Jakarey (Porto Lindo). Logo depois ele foi ao *tekoha* Kajekue, no Paraguai, onde morava a família nativa dos meus parentes guarani, onde ele se casou com quem seria a mãe do vovô Natalício. A mãe se chamava Urukujá. Ela era uma mulher guarani líder, e muito linda. Ele morou poucos dias lá. Irma trabalhava pela região, e até gostava mais de trabalhar com os brancos, porque ele falava melhor em português. No *tekoha* ele não gostava de morar, porque ele não sabia falar em língua guarani, e assim ele vivia no Paraguai.

Com relação à influência cultural do bisavô terena, durante minhas pesquisas consideramos que não tinha muita influência, porque ele não gostava muito de permanecer no *tekoha* indígena, pois não falava a língua guarani como os demais indígenas dali. Além disso, ele não interferia muito: mesmo que a esposa dele fosse a liderança na *tekoha* Kajekue, ele gostava mais de viver trabalhando para os camponeses no Brasil.

Meu avô Natalício de Brum nasceu na região de Takuara, na fronteira do Brasil, perto do município de Sete Quedas. Ele relatou que o lugar onde tem atualmente a cidade de Sete Quedas, naquela época se chamava região de Cachorrinha. E eles passaram a morar lá com a família, porque naquele tempo tinha guerra civil no Paraguai; o Partido Colorado e o Partido Liberal estavam em disputa. Assim que terminou a crise no Paraguai, ele voltou de novo ao *tekoha* Kajekue, no Paraguai, onde era seu *tekoha* antigo.

Infelizmente, o *tekoha* Kajekue não existe mais hoje em dia: no dia atual, virou fazenda, e, como meu vovô narra, o senhor Irma de Brum, meu bisavô, foi morto já na outra aldeia e foi enterrado na aldeia Fortuna’i, no Cerro Campín. Foi assim que o filho dele, que é o nosso vovô, o Natalício de Brum, nos contou a história do seu pai. E também a minha mãe, Matilde de Brum, relatou sobre o seu avô terena, Irma de Brum. Ele perdeu seu documento brasileiro, porque a esposa dele molhou tudo quando lavou sua roupa no rio. Natalício diz que se lembra até agora onde o pai dele foi enterrado, e a minha mãe Matilde também.

3.2 Meu pai, Dionísio, e nosso *guata*

Ele era cacique na aldeia Fortuna'i. O sonho dele e da nossa mãe Matilde era ver os filhos estudarem como os filhos dos *karai*. E foi essa ideia que mudou o rumo e a estrada deles. Meu pai era capitão, mas ele percebia que ali na aldeia os filhos dele teriam poucas ajudas para continuar seus estudos. E, como eles e todos os nossos familiares eram evangélicos, não ia faltar oportunidades. Logo, então, surgiu vaga para missionário indígena. E, como meu pai e minha mãe pensavam em nosso futuro de estudante, ele aceitou esse trabalho de missionário. Porque a missão se comprometeu em ajudar todos nós.

E foi ali que começamos nosso *guata*. Meu pai entregou sua posse para meu tio Abelino, vendeu tudo o que tinha, e viemos à aldeia Bajada Guasu, onde tinha um lugar chamado de Yvyrajy. E foi ali que ele e nós todos trabalharíamos como missionários indígenas, “ensinando e ganhando almas para nosso senhor Jesus”. Meu pai entrou lá sem contar nada sobre essa ideia de missão, porque nessa aldeia eram poucas as pessoas que conheciam esse tipo de trabalho. E esse trabalho também era muito novo para o morador de lá, e também para nossa família.

No início, fomos muito bem-aceitos lá na aldeia. O capitão Nazário deu para nossa família um lugar bem lindo, onde tem frutas e poço, e também uma casa de sapé. Logo depois, meu pai já começou a pregar a palavra de Deus. Nós fazíamos culto aos domingos às 9h, e na quarta-feira à noite. Assim, a família de lá já começou a gostar do trabalho, e começaram a chegar muita gente. Disso, tanto o capitão quanto o rezador de lá começaram a não gostar e, começou o conflito. Recebemos muitas ameaças de morte – por exemplo, uma parte da comunidade disse que iria se unir e queimar nossa casa, e ao nosso pai também. Então a missão começou a levar isso na justiça do Paraguai.

Eu me lembro que um dia, num sábado, chegou um juiz e um advogado, e o capitão também tinha seu advogado, e fizeram as discussões sobre o ocorrido. Logo então, minha família venceu na justiça: nosso pai podia ser um missionário indígena, morar naquela comunidade e pregar palavra de Deus. E assim aconteceu lá.

Enquanto isso, nós seguimos estudando na pequena cidadezinha de Control, no Paraguai. Mas meu pai não gostou da forma que os líderes da missão nos tratavam. Meu pai tinha salário de 200 mil guaranis por mês (correspondentes

atualmente a 140 reais), e um pequeno apoio com cesta básica. Além disso, onde nós estávamos estudando só tinha até o 6º ano. Eu já havia terminado, e não tinha mais onde estudar. Mas havia outra cidade próxima daquela mesma aldeia, cidade chamada Alvorada, e ali tinha até o 9º ano.

Com essa nossa necessidade de continuar estudando, mais uma vez continuamos nosso *guata*. E mudamos para lá. Mas, quando mudamos, encontramos outros problemas. A escola ficava muito longe; a gente ia a cavalo, de carroça, de bicicleta e até mesmo a pé. Era muito sofrimento. A gente ficava todo sujo, com aquele uniforme branco, de meia branca. Ninguém gostava de nós, com exceção dos professores que viam um pouco do nosso sofrimento. E isso não agradou ao meu pai.

Meu pai e minha família já tinham ligação com a aldeia Porto Lindo. A gente ia ali visitar minha irmã, que casou com um morador de lá. E era ali que meu pai e minha mãe viam como era o tratamento na comunidade, em todas as situações. Como no caso da escola, da ajuda do governo, e também do posto de saúde. Tudo isso encantou minha família. Mas meu pai não queria mudar para a Porto Lindo, porque já via como estava a situação interna dessa aldeia, apesar de ter muita coisa boa. E, por isso, ele optou de ir falar com a liderança ali onde ocorria a retomada de Sombrerito, na região de Sete Quedas.

E mais uma vez continuamos nosso *guata* e, mudamos para ali, em 2004. Meu pai tinha a esperança de que nós todos iríamos estudar lá; mas foi aí que apareceu a fronteira e a documentação. Nós podíamos estudar, até, mas não tínhamos direito a mais nada. Já naquele ano, em 2004, eu decidi, e vim morar na casa da minha irmã, na Porto Lindo, já que ela já morava aqui desde 1996. E meu cunhado conversou com o professor e fez meu registro de nascimento para eu poder estudar. Assim comecei a estudar lá na Escola Tekoha Guarani Pólo. Outros parentes, como tios e primos, a partir do ano de 2000 também se mudaram para lá.

E, em 2007, minha família toda se mudou na aldeia Porto Lindo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2010, aconteceu a segunda retomada de Yvy Katu, liderada principalmente pelas mulheres, cansadas de esperar se resolver a situação da terra de lá. A guerra é entre o sistema, em conflitos com os fazendeiros. Sobre a terra

retomada, observei que a aliança entre os parentes fica mais forte nesse período. Todos veem que tem ameaça de despejo, e toda a comunidade trabalha em coletividade, entre os grupos. Os líderes dominavam seu povo, não importava de qual lugar cada um era. Líder tem que ajudar seu povo.

Considero que o povo guarani, antigamente, não precisava viver em conflito, não tinha fronteira, não tinha documento, nem escola. A nossa escola era completamente diferente. Desde então, o povo guarani vive nesse aglomerado “país”, atormentado pelo sistema do branco, e assim o Guarani de hoje fica dependendo muito do *kasique*.

Não deveria estar assim a comunidade da fronteira. A separação só trouxe a documentação, que o governo colocou entre a comunidade; a documentação e a linha da fronteira. Isso tudo trouxe inveja, discriminação, estranhamento e separação entre os indígenas guarani. O idioma é o mesmo, o sofrimento é o mesmo.

O melhor seria trabalhar em coletivo sempre, para que o povo indígena tenha paz. O indígena ficaria mais forte trabalhando juntos. A aldeia Porto Lindo é uma aldeia livre, mas fica com a porta fechada para mudanças de novos parentes. Não só porque não tem mais espaço, mas também por consequência de crimes envolvendo roubo e de tráfico de drogas. Há entrada muito frequente de drogas nas comunidades, e a criança indígena guarani foi consumida por esse vício de droga. Isso traz muita violência no meio da comunidade. Por isso, acontece muito estupro, e morte física e mental de crianças – e com esse fato o estranhamento continua se alastrando.

Não acontece mais a migração na aldeia, enfim, depois da troca de liderança indígena. Muita coisa mudou. Mas o que eles não aceitaram mais foi o migrante do país vizinho, do Paraguai. Mesmo se for parente próximo.

Avalio que aqui, no país Brasil, o povo indígena é mais atendido pelo governo na questão de programa social. Por esse motivo, tinha muita mudança para essa aldeia da fronteira. Tudo isso era razão para se mudar para o país Brasil. Mas isso também está sendo proibido na atualidade. Contudo, não deveria ser assim, pois os Guarani de qualquer região são todos filhos de tupi-guarani. Portanto todos os indígenas daqui pertencem a esse mesmo espaço. Mudar até que pode, mas conseguir fazer documento é muito difícil. E, sem documento, se vive na exclusão, sem direito nenhum na fronteira.

A falta de documentos é uma das barreiras enfrentadas pelos Guarani da fronteira com Brasil e Paraguai. Esse obstáculo só é percebido pelo migrante indígena da fronteira. Mesmo que seja bem pertinho que fica o parente espacialmente, os parentes ficam divididos e achando que eles são só desse ou daquele país. Mas sabemos, pela História, que fala, que os dois países foram divididos pelos não índios.

O povo guarani deveria ignorar mais o sistema dos *karai* e olhar mais a favor do seu povo, para o próprio parente, e ajudar o indígena guarani. Tinha que ter um único documento: como vivem na fronteira, seria um só documento indígena guarani da fronteira. Ele não deveria ser nem do Brasil nem do Paraguai, porque indígena guarani tem sua cultura, sua própria língua. Sua história indígena guarani está sendo separada por esses dois motivos, que são a documentação e a linha da fronteira. E tanto os *karai* quanto o líder da comunidade têm que entender que nós indígenas somos o povo originário desse lugar e, portanto, não se deve ter barreira para nós indígenas nesses atendimentos na área da educação e da saúde, principalmente.

O *guata* da minha família mostra bem como é a resistência de um povo no seu território. Essa história contada através deste texto, escrita por mim, Onésimo Sarate de Brum, vem dialogar muito com a nossa realidade na fronteira. Também conta o *guata* em busca de um espaço melhor, ou mesmo de uma vida com melhores condições. Contudo, o mundo nunca será o mesmo para essa família que se desloca no mundo atual, porque tiveram que mudar sua forma de viver e a forma de falar na língua, além da forma de se organizar em cada *tekoha* diferente. Mas isso também trouxe novas experiências para toda a minha família. Cabe nunca esquecer que só podemos viver bem em coletividade. Porque isso é o papel principal de um guerreiro guarani da fronteira.

Esta nossa trajetória conta muito na vida de um estudante que superou tudo isso, para conseguir seu sonho de se tornar um professor indígena. No texto, falo sobre mim mesmo, narro como é o sistema de cada *tekoha*, e tudo isso só conta como experiência do *guata* da minha família Sarate de Brum. O texto também teve como inspiração a tese da minha orientadora, professora Rosa Colman (COLMAN, 2015). Fiz, finalmente, um pequeno registro em vídeo, que relata um pouco do *guata* da minha família. O vídeo está no seguinte endereço: <https://youtu.be/PIF6AVe7t0E>.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Marta; BRAND, Antonio; HECK, Egon; PEREIRA, Levi Marques; MELIÀ, Bartomeu. *Caderno Guarani Retã: povos Guarani na Fronteira Argentina, Brasil e Paraguai*. Asunción: Instituto Socioambiental (ISA), 2008.

COLMAN, Rosa Sebastiana. *Guarani Retã e mobilidade mspacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani*. 2015. 212 p. Tese (Doutorado em Demografia)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

Sobre o autor:

Onésimo Sarate de Brum: Graduado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Faculdade Intercultural Indígena, na Licenciatura Intercultural Indígena Teko Arandu, turma de 2017, área de Ciências Humanas.
E-mail: onesimodebrum@gmail.com, **Orcid:** 0000-0001-6215-760X

Recebido em: 18/02/2023

Aprovado para publicação em: 08/08/2023